

Parlamentar pode governar DF

A permissão para que deputados federais sejam governadores do Distrito Federal e dos Territórios sem a perda do respectivo mandato será incluída nas alterações propostas no substitutivo que o relator do "pacote" constitucional do Governo, deputado João Magalhães, apresentará hoje às 18h na Comissão Mista. A mudança será feita no artigo 16 da Constituição. Outra novidade é o aumento das cadeiras da Câmara para 479, com o que será possível contemplar os territórios com a metade da representação mínima dos Estados, ou seja, eles terão quatro parlamentares. Esse número era na redação original 460.

A fixação em seis anos de duração dos mandatos de prefeitos e vereadores na prática, representa também a desvinculação parcial do voto, porque não mais haverá coincidência de eleições. Para isso, o substitutivo determinará que os eleitos em 15 de novembro ficam no cargo até 31 de dezembro de 1988. Segundo o relator, a desvinculação foi

feita porque entende que o deputado federal pode ser o chefe da sua própria campanha.

No campo das prerrogativas também será eliminado o arquivamento das emendas constitucionais, que passarão a não ter mais prazos fixos para tramitação. É que com o restabelecimento do "quorum" de dois terços os autores precisarão de maior tempo para negociar a aprovação de suas propostas.

O deputado Jairo Magalhães explicou também que o número máximo de cadeiras nas Câmaras de Vereadores será de 21, exceto nos municípios com mais de um milhão de habitantes, quando será de 33. Sobre o voto distrital, preferiu não entrar na discussão transitória dos 10%, propostos por lideranças pedessistas, mantendo o sistema conforme os termos propostos na redação original do pacote. É que na sua opinião, a lei ordinária, também já prevista, poderá disciplinar melhor a matéria.

Segundo o relator, a dificuldade maior para concluir o pare-

cer reside na abrangência do projeto, que esparsamente aborda grande número de artigos da Constituição. Depois, muitos deputados querem aproveitar a chance para incluir um sem-número de sugestões, tendo em vista que o "BGquorum" de dois terços limitará bastante as possibilidades de novas mudanças constitucionais depois de aprovado o "pacote". Jairo Magalhães almoçou ontem com o Ministro da Justiça, quando conversou sobre o texto final do substitutivo, objeto de outros contatos políticos em setores políticos do Governo durante todo o dia.

Nele, manteve ainda a modificação do Colégio Eleitoral, fixando em seis deputados federais a representação do Estado, independente da população.

No tocante a decurso de prazo, manterá também o texto do Governo, que estabelece um total de cinco sessões para a votação do projeto antes do mesmo ser dado como aprovado.